

Existência e objeto da “sociologia da literatura”, hoje♦

Jacques Leenhardt*

Resumo

Por razões metodológicas, a sociologia mantém uma relação um tanto distante da literatura. Como disciplina científica, a sociologia deve definir seus objetos com base em “propriedades inerentes” (Durkheim). Haveria algo como uma *literariedade* (Literarnost), como proposto por Roman Jakobson, em 1919? Obviamente, não. O mesmo se aplica à *ficcionalidade*. A sociologia prefere, assim, investigar seu objeto de forma indireta, abordando a “literatura” por meio do seu entorno: público, crítica, política editorial, leitura. O presente artigo analisa algumas razões históricas e epistemológicas para tal estratégia, que evita abordar o próprio cerne da literatura: o confronto entre diferentes mundos ficcionais no texto e na leitura. Com base na teoria da ficção, argumenta-se que, se a sociologia deve compreender as forças que transformam o *status* atual da sociedade, ela deveria prestar mais atenção aos processos simbólicos que ocorrem na experiência literária, atividade que permite a todos confrontarem-se com *possíveis* (ficcionais) situações e valores e que, portanto, simboliza um possível mundo social diferente.

Palavras-chave: Literatura, Leitura de ficção, Mundos possíveis, Sociologia.

♦Tradução do original em francês: Daniel Saeger; Revisão técnica: Ana Lúcia Teixeira.

*École des Hautes Études en Sciences Sociales. Paris, França

Existence and object of the “sociology of literature”, today

Abstract

For methodological reasons, sociology keeps a rather distant relationship to literature. As a scientific discipline, sociology has to define its objects on the basis of “inherent properties” (Durkheim). Would there be a *literariness* (Literariness), as proposed by Roman Jakobson in 1919? Obviously, not. The same applies to *fictionality*. Sociology, therefore, prefers to tackle its object in a roundabout way, to approach “literature” by its surroundings: audiences, critiques, publishing policies, reading. This paper analyzes some historical and epistemological reasons for such a strategy, which avoids addressing the very core of literature: the confrontation of different fictional worlds in the text and in the reading. Based on the fiction theory, it is argued that if sociology is to understand the forces that transform the present status of society, it should pay more attention to the symbolic processes that occur in the literary experience, an activity that allows everyone to confront possible (*fictional*) situations and values and that, therefore, symbolizes a possible different social world.

Keywords: Literature, Fiction reading, Possible worlds, Sociology.

Introdução

 propósito deste artigo é discutir o estatuto contemporâneo da sociologia da literatura enquanto relação entre a literatura e o saber sociológico. Colocar a questão nestes termos é prudente: dessa forma, estabelece-se, de imediato, uma distância entre a literatura e o conhecimento sociológico, manifestada pela presença da conjunção “e” que separa e reconecta os dois termos. Essa distância presumida não prejudica, portanto, a relação entre sociologia e literatura – ao contrário, abre um espaço de reflexão entre esses dois *corpora* discursivos. Ainda bem!

Vejo nisso uma marca do estado de maturidade da reflexão nas ciências sociais, as quais fizeram suas as incertezas que pesam sobre a noção de *saber* ou de *conhecimento*, quando referida ao campo das ciências humanas. A impossibilidade de distinguir claramente o sujeito e o objeto do saber,

notória desde o nascimento do pensamento dialético, tornou necessária a prudência que transparece neste título. Essa impossibilidade também gerou uma notável evolução, ao mudar o lugar da literatura nesta díade. Muito embora o termo “sociologia da literatura” desse à literatura o lugar ocupado pelo objeto em um processo cognitivo unívoco, percebeu-se que a fronteira entre o discurso sociológico e o discurso literário era porosa, que podia haver tanta sociologia na literatura quanto havia literatura na sociologia.

Por outro lado, é uma das conquistas da fase estruturalista ter obrigado todas as disciplinas a se conscientizarem do fato de que exercem sua vontade de saber no campo restritivo da linguagem. Portanto, a sociologia deve, a partir de então, assim como a história, não apenas questionar seu léxico, onde abundam noções forjadas ao longo do tempo sobre experiências sociais às vezes centenárias, mas também questionar sua retórica, sua maneira de administrar a prova, de construir a causalidade social e, finalmente, de dirigir-se ao leitor e a ele “representar” o real.

Fala-se, frequentemente, da “sociologia da literatura” como de uma disciplina cujos objeto e métodos estivessem estabelecidos e dos quais fosse possível reconstituir os momentos significativos de elaboração. Tratava-se, há que admitir, de falar com certeza da sombra de um fantasma. O excelente pequeno livro introdutório de Paul Dirkx (2000), *Sociologie de la Littérature*, publicado mais recentemente, elucida esse caráter inapreensível do objeto “sociologia da literatura”, ao sugerir que se trata de uma “disciplina em movimento”. Isso se aplica, provavelmente, a todos os ramos das ciências humanas, mas importa reter, dessa hábil fórmula, a ênfase que ela permite colocar sobre o fato de que a constituição de um objeto suscetível de gerar uma disciplina se faz por etapas, e que esse processo talvez não tenha fim. Tal constituição se assemelha a uma longa caminhada, marcada por momentos desiguais de intensidade intelectual e política.

Desde o início do século XIX e das repercussões da Revolução Francesa (cf. De Staël, 1999), muitos trabalhos contribuíram para a construção desse campo disciplinar. Primeiramente, eles foram marcados, como lembra Wolf Lepenies (1990), pelo desejo da sociologia nascente de delimitar seu território,

superestimando sua diferença em relação à literatura. Tratava-se de estabelecer uma ruptura clara entre o mundo cultivado da *conversa*ção, no qual se expressou o pensamento do século XVIII, e o novo saber sociológico. De fato, os escritores da época eram criticados por não estabelecerem claramente uma separação entre o saber comum e um discurso “científico” construído, exibindo as formas austeras da disciplina acadêmica. A nova ciência exigia um esforço metódico, que devia se tornar sensível na própria forma do discurso. Em alguns casos, o jargão pôde aparecer como manifestação da cientificidade. O duro exercício da razão metódica introduziu a razão matemática nas ciências humanas: estas deviam se basear no apagamento da singularidade subjetiva em favor da generalidade estatística.

Hoje, a “sociologia da literatura” ainda não é uma disciplina, no sentido que o mundo acadêmico o entende. Não existe um corpo de leis e de regras que todo pesquisador poderia conhecer e as quais deveria respeitar. Esta é uma das razões que explica o quão frágil é a sua posição no espaço institucional do ensino superior. Tal como o corpo de Osíris, seu domínio está disperso em uma variedade de disciplinas e áreas do conhecimento que vão da sociolinguística à história social do livro ou dos escritores, da análise dos gêneros literários à crítica social. Essa dispersão explica, por sua vez, a multiplicidade de nomes pelos quais os pesquisadores designam sua abordagem: “sociologia da literatura”, “sociologia literária”, “sociologia do fato literário”, “socio-crítica” e muitos outros.

A dificuldade de definir um objeto *primeiro* para a sociologia da literatura

A sociologia acadêmica geralmente evita confrontar diretamente o *objeto literário*, por razões que Durkheim já havia declarado em sua obra seminal *As regras do método sociológico*. De modo a poder tratar de seu objeto externamente, como convém a toda ciência, Durkheim recomendava que se cuidasse de definir o objeto do saber por “propriedades que lhe são inerentes”. Essa é a condição para evitar que se restabeleça uma “noção

mais ou menos ideal” (Durkheim, 1947, p. 35). Ora, como definir a literatura por propriedades que lhe são inerentes? Existiriam, como sugeria Roman Jakobson¹ ao desenvolver a noção de “literariedade” (*Literariness*), signos capazes de definir a literatura, dela excluindo outros tipos de textos? Tal tentativa, que alimentou muitas reflexões nos anos 1960 e 1970, terminou em fracasso. O horizonte de tal ciência recuava, à medida que a pesquisa avançava: ela desistiu. Por sinal, pode-se fazer a mesma pergunta a respeito da ficção: ela possui propriedades que lhe são inerentes?

Não chegando a definir a “literariedade” da literatura, ou a “ficcionalidade” da ficção, a sociologia prefere tratar o objeto “literatura” de viés, pelo que o cerca: a sociologia dos públicos, dos autores, dos críticos, da edição, da leitura. É uma estratégia que se remete a um tipo de definição da literatura por preterição, fabricando um objeto que ao menos está ao alcance do saber sociológico. Na medida em que a literatura existisse fora de seu núcleo linguístico e imaginário, a sociologia disporia de um objeto do qual poderia tirar proveito. É evidente, no entanto, que privar a definição da literatura daquilo que garante sua eficácia imaginária é o mesmo que privá-la da parte mais essencial de seu próprio pertencimento ao social, é renunciar ao que mais fortemente deveria interessar a uma sociologia que trata dos dispositivos imaginários, a partir dos quais as sociedades se constroem. Portanto, convém não abandonar esses aspectos, ainda que esta visão ampliada não suponha, evidentemente, desistir das abordagens do fenômeno “literatura” a partir daquilo que não se obtém do texto nem das construções imaginárias das quais ela se faz. Pelo contrário, é através da conjunção desses diferentes planos que a pesquisa e o conhecimento da existência social da “literatura” irão progredir.

¹Linguista e crítico literário russo que, buscando configurar a crítica literária como uma disciplina de base científica, criou, em 1919, o conceito de “literariedade” que consiste na qualidade que faz de um determinado trabalho uma obra literária. (Nota dos editores).

O objeto e o método

Essa renúncia de ordem metodológica provavelmente advém do fato de que, em relação aos objetos simbólicos, a sociologia se encontra, para muitos sociólogos, sob a influência da maneira pela qual Durkheim tratou a questão do sagrado. Para este último, o sagrado é elaborado e objetivado no ritual e dele deriva. A reunião dos crentes e os atos que eles produzem ao se reunirem – fervor, amor, fé – constroem a sociedade e reforçam-na, ao mesmo tempo em que constroem o objeto da crença: a religião. Sem o ritual, a religião simplesmente não existiria. Aplicada ao domínio da literatura, essa abordagem supervaloriza a *crença* no valor da obra de arte, a qual se manifesta nos rituais sociais que acompanham a prática da arte ou da literatura. Ora, enfatizando essencialmente, se não exclusivamente, os aspectos do ritual social que cercam a frequência da arte, algumas vezes descrita como “amor pela arte” ou “amor pela literatura”, essa abordagem teórica tende a reduzir a prática social da literatura à expressão de uma competição entre capitais simbólicos, o que torna dominantes, como Pierre Bourdieu mostrou enfaticamente, comportamentos de *distinção social*.

Além disso, a teoria da distinção de Bourdieu é acompanhada por uma teoria do uso “literário” da linguagem, tal como a praticariam os escritores. Estes fariam um uso estético da linguagem, dirigindo-se a seus leitores sob o modo da sensibilidade. Ao privilegiar a sensibilidade, o escritor permitiria ao leitor não ver a verdade do real, cegueira essa que faria parte do prazer literário. Bourdieu explica: “A formalização que ele [o escritor] opera funciona como um eufemismo generalizado e a realidade literariamente desrealizada e neutralizada que propõe permite-lhe satisfazer [em seu leitor] uma vontade de saber capaz de contentar-se com a sublimação que lhe oferece a alquimia literária” (Bourdieu, 1992, p. 48).

A esse universo literário, pensado como jogo de linguagem que age sobre a sensibilidade e que desviaria a vontade de conhecer seu objeto, Bourdieu opõe o rigor sociológico como um ascetismo, uma recusa das fascinantes belezas da arte. “A leitura sociológica rompe o encanto. Colocando em suspenso a cumplicidade que une o autor e o leitor na mesma relação de denegação da realidade expressa pelo texto, ela revela a verdade que o texto enuncia, mas de

modo tal que não a diz” (Bourdieu, 1992, p. 48). Toda literatura se encontra, assim, desprovida de qualquer valor cognitivo. A partir de então, o sociólogo deixaria de se interessar pela obra literária, tanto por razões metodológicas como para preservar a eficácia da pesquisa sociológica. Quaisquer que sejam os acordos e desacordos que se possa ter com as teses de Bourdieu, a questão fundamental é que essa concepção platônica da literatura como um engano² não pode ser aceita. A literatura não se situa no plano da enunciação da verdade do real. Ela não concorre, nesse plano, com a sociologia, pois a sociologia não pode pretender explicar melhor essa verdade do real, uma vez que esse não é o objetivo nem a pretensão da literatura.

Conjunturas intelectuais

Antes de abrir um caminho propondo uma concepção mais ampla de literatura, pode ser interessante compreender em que contexto a concepção que acabo de recordar foi elaborada. As teorias sociológicas não estão menos sujeitas aos movimentos ideológicos que abalam as sociedades do que outras teorias. Por isso, é sempre útil relacioná-las umas com as outras, para que se possa refletir sobre a maneira com que elas respondem às conjunturas em que aparecem.

Detenhamo-nos, primeiramente, sobre a ideia de que a literatura pode competir com o discurso das ciências humanas. Lembrei que a separação dessas duas modalidades discursivas foi uma das grandes questões do século XIX, no momento do estabelecimento da sociologia como disciplina. Deve-se acrescentar que esse debate assumiu uma importância especial na França, na medida em que a construção da identidade nacional, especialmente no ensino secundário, apoiou-se particularmente sobre o trabalho dos escritores. A literatura foi investida de um valor de exemplaridade na ordem do manejo da língua assim como na da moral e da política. A identidade nacional da França está em parte baseada na referência, ritualizada e sacralizada, ao seu tesouro literário.

² N. do E.: *tromperie* no original.

Por fim, é necessário recolocar essa posição crítica no momento intelectual marcado pelo estruturalismo dos anos 1960 e sua atenção aos aspectos metaficcional da literatura. Ela foi alimentada pelo sentimento de finalmente chegar a uma ciência dos textos, uma revolução na ordem da literatura, da qual a revista *Tel Quel*, depois do Nouveau Roman, foi a porta-bandeira. Ela também respondia à lassidão ideológica que tomou conta da *intelligentsia*, após o fim da guerra na Argélia e a entrada da França na sociedade de consumo. Nada de positivo poderia emanar das forças sociais e políticas tradicionais, impasse que deu forma à tese da dominação absoluta dos simulacros no conjunto das ações sociais. Nesse contexto, restaurar uma distância adequadamente erudita parecia oferecer uma alternativa, uma vez que toda práxis estava posta em questão.

Tratava-se, em uma palavra, de romper com a tradição, cujo emblema havia sido Jean-Paul Sartre, para a qual toda reflexão válida era necessariamente articulada a uma tomada de posição política. Contra essa tradição, ainda alimentada pelos últimos marxistas ortodoxos, o dever crítico consistia em arrancar o pensamento e, portanto, também a literatura do dever de engajamento.³ Era necessário não apenas desconectar o conhecimento das imprecisões inerentes ao uso da linguagem, o que ressalta a diferença entre o rigor filosófico do conceito e os “encantos” da narração e da metáfora, mas também separar o conhecimento dos afetos e do universo conturbado e complexo da sensibilidade individual.

Por fim, comparando o poder de explicar a realidade da literatura e da sociologia, a teoria de Bourdieu recoloca o debate sobre o lugar da função mimética no processo literário. Relembre-se a famosa metáfora imaginada

³ Deve-se notar que, nesse ponto, a noção sartreana de engajamento difere do que poderia ser chamado de “engajamento sartreano”. Em *Qu'est-ce que la littérature?* [ensaio redigido em 1947 e publicado em várias partes na revista *Les Temps Modernes*], ao contrário do que muitas vezes lhe atribuem, Sartre não exige do escritor que ele se engaje, ou seja, que tome partido, mas o faz entender que ele está engajado e que não pode escapar dessa situação. Todo gesto intelectual é, ao mesmo tempo, um gesto político, o que está longe de reivindicar, na linha do realismo socialista que ele sempre denunciou, que o escritor tenha um dever moral de escrever, por exemplo, para o povo.

por Stendhal sobre o romance: “Um romance é um *espelho conduzido ao longo* de um *caminho*.” Usada por muito tempo, essa metáfora gerou grandes mal-entendidos. Desde Marx, ela serviu para construir uma teoria social da literatura que enfatizava, primeiramente, a relação mimética do texto literário com a realidade social contemporânea da atividade de escrita. Esta tendência hermenêutica foi muitas vezes forçada ao ponto da caricatura e até se tornou, por uma reversão moralizadora, uma injunção dirigida ao escritor para que se mantivesse dentro dos limites de um suposto realismo, qualificado como “realismo socialista”. Ora, o objeto literário não sai do mundo dos espelhos, ainda que a *mimesis* seja a ele quase consubstancial (cf. Auerbach, 1968). Ele não poderia *refletir* a realidade, simplesmente porque a atividade literária consiste em *construir* uma realidade ficcional na linguagem. Agora, se a literatura reflete a partir do mundo real, pode ser que seja como um espelho unidirecional (*two way mirror*). Ao mesmo tempo transparente e refletor, o espelho unidirecional mantém um discurso com muitas facetas em que a realidade é misturada com mundos imaginários pertencentes ao escritor, ao leitor, à cultura, ao crítico e ao sociólogo. Consequentemente, a questão do significado da obra literária depende não só do “mundo real” a que pode se referir, mas também do confronto deste com os outros dentro do texto literário.

A essa má compreensão do papel da *mimesis* no processo literário, e como se a atividade do escritor precisasse ser salva de qualquer dependência do real, certos teóricos opuseram a ideia de “liberdade” do escritor. Insistindo em uma suposta explosão sem restrições da criatividade artística, eles queriam obscurecer qualquer determinação do ato criativo. Tratava-se, obviamente, de criar uma nova ilusão, uma vez que a atividade de escrita funciona sempre a partir de “situações” que também constituem constrangimentos, sejam eles linguísticos, semióticos, ideológicos ou materiais. Com efeito, o trabalho do escritor depende não só de um estado histórico e social da língua, mas também de modelos literários, que são uma das matérias simbólicas das quais ele não pode escapar. Esses modelos lhe são úteis na dinâmica de troca que ele estabelece entre o mundo ficcional e os leitores que ele

interpela. Na melhor das hipóteses, como apontava Sartre, a liberdade do escritor consiste em tomar consciência das determinações que o cercam e de fazer um trabalho (de liberdade) a partir delas, contra elas e com elas. É isso que visam demonstrar as grandes sociobiografias literárias que Sartre publicou sobre Baudelaire (Sartre, 1963) e Flaubert (Sartre, 1971-1972). Ora, a definição de literatura como uma troca implica ter abandonado a ideia de que a obra literária é acima de tudo um *texto*.

A tradição ocidental construiu, ao longo dos séculos, uma concepção cada vez mais rigorosa da noção de *texto* à medida que seus próprios instrumentos de análise hermenêutica e histórica se aperfeiçoavam – poder-se-ia dizer, a partir de uma perspectiva sociológica: à medida que uma categoria de leitores, muitas vezes residentes em conventos e mosteiros, tornava-se especialista em interpretação de textos. Essa profissionalização da leitura erudita se realizou no confronto com o texto sagrado: a Bíblia. Os movimentos intelectuais que, desde a Renascença, enfatizaram a referência estrita ao texto do Antigo ou do Novo Testamento obtiveram o efeito paradoxal de arrebentar o objeto que eles pretendiam venerar. O escrúpulo quanto à autenticidade levou ao reconhecimento de que os textos canônicos, que foram recebidos como sagrados, foram na realidade “compostos” – constituíam conjuntos de fragmentos coligidos ao longo do tempo pela instituição religiosa, tendo origens locais, políticas e teológicas muito variadas. A partir de então, o *texto*, que originalmente brilhou sob a singularidade da luz divina da qual deveria ser a revelação, revela-se como um objeto complexo de origem plural, resplandecendo em sua diversidade sob o bisturi dos hermeneutas. Tal fragmento foi redigido por um grupo de doutores da Lei, outro por uma seita dissidente de pregadores profetas. Por trás da bela ordem conferida pelo espaço do Livro, o texto deixou que se abrisse nele um abismo de complexidade. E não apenas na Bíblia.

Esse trabalho sobre o texto sagrado terá permitido o desenvolvimento de disciplinas críticas e históricas aplicadas aos textos. Será apenas mais tarde, com o que chamamos de *the linguistic turn* e com a semiótica estrutural, que essas habilidades filológicas e linguísticas serão colocadas a serviço da leitura de textos profanos. E será somente então que um outro estrato social, que a partir de agora pertencerá menos aos conventos e seminários do que às

escolas secundárias e universidades, desenvolverá habilidades comparáveis às dos antigos clérigos. Esses trabalhos sobre hermenêutica, aos quais se deve acrescentar a evolução das mentalidades que os tornaram possíveis, conduzirão, após um longo caminho que passará por Bakhtin, à elaboração da noção de *intertextualidade* e de mistura textual. Esta revelará, dentro da ficção literária, mecanismos que foram eficazes por muito tempo, mas que a teoria só pôde apreender pouco a pouco. Deixando para trás as definições de literatura herdadas dos tempos pré-literários – aproximadamente antes do século XVIII –, nossa época se aproxima daquilo que se tornou a prática literária, uma vez emancipada dos discursos de autoridade: um centro de convergência, um lugar de encontro entre imaginários.

A literatura e o conhecimento sociológico

É o momento, enfim, de refletir sobre a maneira com que as ciências sociais da literatura podem tratar o objeto “literatura” em sua complexidade, por meio do caleidoscópio constituído por suas diversas dimensões: institucionais, fictícias e imaginárias. As reflexões que acabam de ser propostas definem esse objeto em três planos. A literatura não se coloca sobre a isotopia da verdade mimética – e, portanto, não entra em concorrência com a sociologia – na medida em que produz dispositivos discursivos que integram mundos possíveis. O texto literário mantém com o mundo real uma relação mimética necessária, que, no entanto, não o descreve exhaustivamente, na medida em que é construído na linguagem e é, portanto, ficcional (mais que fictício). A literatura, enfim, e este será o objeto de nossa última parte, é uma troca que implica conjuntamente um escritor e um leitor no âmbito de instituições sociais que enquadram e nutrem suas relações. Essa troca ocorre no cerne dos processos simbólicos que constituem a sociedade.

Nas últimas décadas, o olhar que é lançado sobre a literatura restaurou a dimensão pragmática do fenômeno literário. O desafio consiste, precisamente, em arrancar o universo ficcional literário das exigências “científicas” mencionadas acima. A ausência de denotação da ficção (a ficção é nula do ponto de vista denotativo, ela não reflete o real!) não significa

que ela não produza conhecimento. Mas, para resolver o impasse em que essas teorias nos colocam, é necessário mudar nossa perspectiva e adotar, como a teoria da ficção enfim aceitou, que os textos ficcionais existem “para além do verdadeiro e do falso” como bem propôs Gérard Genette (*apud* Schaeffer, 1999).⁴ O interesse pelo texto literário demonstrado por seus leitores implica necessariamente um grau de imersão mimética. Ele supõe que deixemos de acreditar que o propósito da ficção seja o de nos enganar. Pelo contrário, sua finalidade literária, poderíamos até mesmo dizer, sua finalidade social, é “de elaborar aparências ou ilusões; as iscas que ela elabora são, muito simplesmente, o vetor pelo qual ela consegue alcançar sua verdadeira finalidade, que é a de nos levar a nos engajarmos em uma operação de modelagem, ou, para dizer de forma simples, de nos levar a entrar na ficção.” (Schaeffer, 1999, p. 199).

A modelagem ficcional, portanto, não se define por seus caracteres próprios, dos quais a linguística e a semiótica deteriam o segredo. Ela não é constituída por suas modalidades estéticas de uso da linguagem, que seriam em si mesmas enganosas: a verdade referencial não é o objeto nem da arte, nem da literatura em geral, nem da ficção. Se a ciência busca a verdade, ela esbarra, como bem sabe, nas fraquezas do modelo de linguagem ao qual recorre, razão pela qual ela prefere a modelagem matemática. Mas se a ficção não engana o leitor, é porque não se é leitor sem o saber. O caráter ambivalente do espaço mental aberto pela ficção literária decorre do fato de que esta nunca se separa totalmente da *mimesis*. Os mundos ficcionais são sempre suficientemente semelhantes ao mundo “real” para que seja possível a imersão em um mundo que é semelhante, ao estilo do “como se”. No entanto, eles se distinguem, não menos necessariamente, na medida em que nunca podem ser outra coisa que não uma modelagem desses

⁴ O livro de Jean-Marie Schaeffer (1999) detalha de forma extremamente clara e convincente os impasses das teorias semânticas e as razões para se recorrer à perspectiva pragmática introduzida por Searle. Nós lhe tomamos emprestadas muitas citações. A citação de Genette está localizada na p. 210. Note-se, igualmente, a importância, nessa virada pragmática, do livro de John R. Searle (1982).

mundos, uma escolha significativa feita entre elementos que são parcialmente tomados desses mundos reais. Ao mesmo tempo, o fato de serem marcados por um *distanciamento* em relação ao real é precisamente o que garante e desperta nossa curiosidade e nosso interesse. Não é diferente, aliás, o que se passa com o escritor, que, mesmo sendo um “realista-naturalista” como Zola, depois de se ter informado amplamente sobre os mínimos detalhes que caracterizam a realidade que ele transmitirá em sua ficção, cria uma obra literária apenas em prol de uma invenção que deve, ao mesmo tempo, tudo e nada a essa realidade. Como diz ainda J.-M. Schaeffer: “a imersão criativa e a imersão receptiva são apenas duas modalidades diferentes de uma mesma dinâmica.” (Schaeffer, 1999, p. 228).

A produção literária de mundos ficcionais tem por objetivo, portanto, o uso que o leitor fará deles. Para garantir essa troca, a estratégia do escritor consiste em colocar em prática todas as ilusões que, fundadas em nosso interesse geral pelo mundo em que vivemos, estabelecerão as pontes que nos ajudarão a nele imergir. Com Searle, vamos chamá-las de “fingimento”, ou falaremos, com Ricœur, de “mundos do como se”, sabendo que “a função do fingimento lúdico é criar um universo imaginário e levar o receptor a imergir nesse universo, não a de induzi-lo a acreditar que esse universo imaginário é o universo real.” (Schaeffer, 1999, p. 156).

Escritor e leitor conhecem o contrato ficcional que os une e rege uma ordem de realidade diferente daquela que supõe o saber, de tal maneira que suas regras foram estabelecidas no enquadramento de cada uma de suas disciplinas. O contrato de leitura na ordem da ficção levanta, *a priori*, a questão do verdadeiro e instala a relação para “além do verdadeiro e do falso”. Esse contrato abole, pela decisão que implica, toda relevância da questão da verdade ou da falsidade. De fato, a ficção, como espaço de troca entre escritor e leitor, constitui uma realidade *sui generis*. E é esta realidade que interessa ao sociólogo. Com efeito, ela é um espaço mental ficcional, em torno do qual podem-se cristalizar as diferentes formas do mundo, modificando as representações sociais. Se ele fosse fixo, eternamente ligado ao estado das coisas tais como são no mundo habitado pelos atores,

escritor e leitor, esse mundo permaneceria imutável. Se a possibilidade de assumir outras formas não aparecesse no espaço irreal das representações, nenhuma força faria o mundo mudar e ele permaneceria imóvel na sua realidade presente, mal tocada pelas lentas evoluções do sistema solar. Mas o mundo social no qual vivemos não para de se transformar, no ritmo em que o transformamos e que ele nos transforma. O espaço ficcional experimental dessas transformações oscila entre o real e o possível. É o mundo em constante mutação que a ficção permite experimentar.

Como, então, caracterizar essa ação da experiência ficcional no contexto mais amplo da experiência do real?

O contrato de ficção, quaisquer que sejam suas modalidades, fusionais ou distanciadas, coloca o leitor frente a um mundo possível. Assim, ele contribui para produzir o que Goldmann (1964) chamou de campo de *consciência possível*, isto é, a margem de transformação da concepção que o leitor faz do mundo, tendo em vista o lugar que ele ocupa no dispositivo social global. O possível é uma das dimensões do real, emoldurado pelo lugar de onde cada um consegue imaginá-lo. A noção de lugar não significa necessariamente, aqui, uma determinação espacial, nem mesmo temporal. O lugar pode consistir em uma posição nas relações sociais, um lugar ideológico. Na relação com o possível estabelecida pelo pacto ficcional, produz-se uma experimentação, durante a qual o leitor atravessa situações, relações, valores e representações. Na situação ficcional oferecida pela literatura, mas também por outras formas de ficção, o leitor experimenta essa margem, é obrigado a enfrentar e medir seus próprios valores, crenças e escolhas.

Consequentemente, a sociologia da leitura é parte integrante do conhecimento sociológico sobre a literatura. Nas pesquisas que pude dedicar a esse aspecto, tornou-se claro que o que interessa ao leitor, o que organiza e justifica sua atividade de leitor, é, antes de tudo, a sua própria *leitura*, é ela a causalidade vibrante de sua relação com o texto. O que o motiva é o investimento que ele fará no jogo dos atos e valores possíveis que o texto disponibilizou para sua experimentação. “Em outras palavras, o que está no centro do meu interesse é aquilo a que tenho acesso graças à

imersão mimética, isto é, à modelagem ficcional de um conjunto de ações, acontecimentos, sentimentos etc.” (Schaeffer, 1999, p. 197).

O manejo dos universos imaginários propostos pela literatura joga de maneira muito específica com os conteúdos de valor (axiológicos) veiculados pelas obras. A socialização por meio do manejo dos possíveis implica uma adesão imaginária, que constitui, ela mesma, a mediação pela qual se dá uma requalificação da experiência, a elevação de seu nível. Existe uma forma de aprendizagem que passa pela possibilidade de prefigurar um mundo por meio da experimentação ficcional. Com efeito, é necessário admitir que a literatura, tal como nós a entendemos no ocidente democrático, é um dos lugares simbólicos onde, por excelência, experimentam-se todos os tipos de relações que mantemos com nossos semelhantes. Eles representam e esquematizam as relações reais ou possíveis de homens e mulheres entre si, de cidadãos com o ambiente político a que pertencem e, de maneira geral, o conjunto das relações de alteridade. Essa noção de experimentação compreende tanto o trabalho do escritor quanto o do leitor. Para este último, a leitura é um colocar-se em perigo, ali ele enfrenta mundos que não conhece e não pode controlar e dos quais, ao contrário do escritor, não pode mudar o curso. Ele assume riscos que, em parte, participarão da forma como ele terá que viver, mais tarde, como ser social em sua realidade quotidiana.⁵

Provavelmente, com a evolução das técnicas, essa função experimental, que por muito tempo foi privilégio da literatura, foi transmitida a outros universos imaginários. Pensamos nos universos do cinema, das novas mídias e dos videogames. No entanto, quaisquer que sejam as diferenças, a estrutura ficcional desses mundos imaginários está organizada segundo esquemas análogos aos da literatura. Ela se refere a esquemas comuns de linguagem, mesmo que a fragmentação da recepção, própria às modalidades mais recentes de ficção, pudesse mudar a situação e pôr em perigo os valores de exemplaridade que constituem a base do comércio – no sentido de troca – que é a literatura.

⁵ Ver Jacques Leenhardt e Pierre Józsa, *Lire la lecture. Essai de sociologie de la lecture*, 1982, nova edição precedida por uma Introdução, Paris, l'Harmattan, 1999.

Na medida em que a ficção imagina e formaliza mundos, ou esquemas de mundos e de relações, ela opera, como visto, por meio de uma “modelagem mimética”. Este não é o lugar para desenvolver a questão das modalidades psicológicas ou mentais envolvidas nessa atividade de autoestimulação imaginativa que é a leitura. O que deveria, por outro lado, interessar à sociologia é perscrutar de que maneira as esquematizações envolvidas nesses processos têm, elas próprias, efeitos sobre as tomadas de posição dos atores na sociedade e como elas se distribuem de maneira específica e diferenciada segundo os grupos sociais aos quais pertencem tanto escritores quanto leitores. Encarar de frente e de maneira experimental a energia própria a essas esquematizações abriria caminho para uma sociologia das transformações sociais. Colocando-se, assim, à escuta de mundos que se esboçam no imaginário através da troca ficcional, escapar-se-ia do caráter desesperadamente retrospectivo da análise sociológica. Ao dar todo o seu lugar à prática da literatura no cerne da imaginação social, a sociologia daria a si mesma alguns instrumentos que lhe permitiriam talvez melhor apreender a dimensão dinâmica do movimento das formas sociais.

Jacques Leenhardt é Diretor de Estudos na l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, (EHESS), Paris, França, onde coordena a equipe de pesquisa EFISAL : Fonction imaginaires et sociales des arts et des littératures.

✉ jacques.leenhardt@ehess.fr

Referências

1. AUERBACH, Erich. **Mimesis** : La représentation de la réalité dans la littérature occidentale. Paris: Gallimard, 1968.
2. BOURDIEU, Pierre. **Les Règles de l'art**. Paris: Seuil, 1992.
3. DE STAËL, Madame. **De la Littérature considérée dans ses rapports avec les Institutions Sociales** (1798-1800). Paris: GF Flammarion, 1999.
4. DIRKX, Paul. **Sociologie de la littérature**. Paris: Armand Colin, 2000.
5. DURKHEIM, Émile. **Les Règles de la méthode sociologique**. Paris: Presses universitaires de France, 1947.

6. GOLDMANN, Lucien. **Pour une sociologie du roman**. Paris: Gallimard, 1964.
7. LEENHARDT, Jacques ; JOZSA, Pierre. **Lire la lecture**. Essai de sociologie de la lecture. Paris, l'Harmattan, 1999.
8. LEPENIES, Wolf. **Les trois cultures, entre science et littérature, avènement de la sociologie**. Paris: Maison des Sciences de l'Homme, 1990.
9. SARTRE, Jean-Paul. **Baudelaire**. Paris : Idées-NRF, 1963.
10. SARTRE, Jean-Paul. **L'Idiot de la famille** : Gustave Flaubert de 1821 à 1857, Trois tomes. Paris: Gallimard, 1971-1972.
11. SCHAEFFER, Jean-Marie. **Pourquoi la fiction ?** Paris: Seuil, 1999.
12. SEARLE, John R. **Sens et expression : Etudes de théorie des actes de langage**. Paris: Minuit, 1982.

Recebido: 17.10.2017

Aceito: 14.01.2018